



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI

Município: SÃO JOÃO DEL REI/MG



Relatório

I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI

CPF/CNPJ: 17.749.896/0001-09

Município/UF: SÃO JOÃO DEL REI-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI

CPF/CNPJ: 17.749.896/0001-09

Município/UF: SÃO JOÃO DEL REI/MG

Demandante: Ministério Público Estadual

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: 09/2018 a 03/2019

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	08/04/2019	10/05/2019
Execução - In loco	13/05/2019	17/05/2019
Relatório	20/05/2019	05/06/2019

Tarefa Nº: 94890

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

JOSE MARCOS FERREIRA DE ANDRADE

Cargo: Secretário Municipal de Saude

Exercício: Desde 02/01/2017

III - INTRODUÇÃO

I-Fator desencadeante



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Trata-se de auditoria especial programada pela DAA-SES/MG, originada da denúncia de cidadão à Ouvidoria do Ministério Público quanto a irregularidades na marcação de consultas e exames pelo Sistema de Saúde do município de São João Del Rei.

Demanda encaminhada à DAA via processo SEI nº 1320.01.0027746/2018-93 em 12/12/2018 pela Unidade Regional de Saúde Barbacena SES/ na qual encaminha ofício nº 0798/2018/5ªPJ/SJDR/NF MPMG-0625.18.000459-4 de 23/11/2018 da 5ª promotoria de São João Del Rei solicitando monitoramento do sistema de marcação de consultas e exames, a fim de informações se há possíveis irregularidades e pontuação dos nomes de eventuais responsáveis.

II-Objetivo e Escopo da auditoria -

Realizar auditoria na SMS de São João Del Rei a fim de verificar as possíveis irregularidades apontadas na denúncia referente à marcação de consultas e exames de média e alta complexidade pelo Serviço de Controle Regulação e Avaliação/SCRA aos usuários do SUS do município.

III - Caracterização do Objeto de Auditoria

O município de São João Del-Rei, segundo dados do Censo IBGE 2010 possui população total de 84.404 habitantes. É um município polo da microrregião e possui Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde. Nele está instalada a Gerência Regional de Saúde de São João Del-Rei, Postos de Saúde tradicionais e Unidades Básicas de Saúde que fazem parte do Programa Estratégia Saúde da Família. O pronto atendimento é realizado na UPA 24 horas e possui uma unidade regional do SAMU, responsável por atender São João Del-Rei e região. **IV - METODOLOGIA**

I - Fase Analítica

A equipe de auditoria realizou a fase analítica no período de 08/04 a 10/05/2019. Durante esta fase foi analisada a legislação pertinente, construídas as Matrizes de Coleta e Análise de Informações e cronograma. Foram providenciados os impressos oficiais de comunicação de auditoria, apresentação da equipe, termo de declaração, entrevistas, roteiros e termo de auditoria.

II - Fase Operativa

A fase in loco ocorreu no período de 13/05 a 17/05/2018, sendo realizada reunião de abertura dos trabalhos com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. J.M.F.A. e a diretora do Serviço de Controle Regulação e Avaliação/SCRA, Sra. P.A.R.F. momento em que ocorreu a apresentação da equipe de auditoria e início dos trabalhos. Foi realizada análise da documentação solicitada e de outros documentos complementares solicitados in loco, visita ao setor de Controle Regulação e Avaliação e Unidade Básica de Saúde, entrevista com profissionais e usuários do SUS. A reunião de fechamento dos trabalhos foi realizada com os mesmos servidores presentes na abertura. Ressalta-se que o SCRA da SMS de São João Del Rei possui um superintendente, Sr. J.L.C. que embora não tenha se apresentado à equipe de auditoria durante a fase in loco será notificado como corresponsável no Relatório de Auditoria.

III - Limitações

Não houve limitação ao trabalho da equipe de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574786



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Subgrupo: Controle e Avaliação **Item:** Rotinas de

Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São João Del Rei não utiliza protocolo de regulação do acesso.

Evidência: Através da avaliação dos documentos apresentados e a realização de oitiva com os profissionais do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação - SCRA, das UBS e diretora do SCRA, verificou-se que a SMS não possui normas ou protocolo de regulação do acesso aos serviços especializados de Saúde e de referência. A diretora informou que o SCRA não utiliza o protocolo de Regulação do Acesso, mas que já foi iniciado a construção do mesmo junto à Comissão de Farmácia e Terapêutica da SMS. Constatou-se em registro de atas da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica /CPFT, (08/2018 a 03/2019) que a SMS expôs a necessidade de adotar critérios e definir parâmetros em documentos com garantia de informações necessárias na tomada de decisões para demanda apresentada no Serviço de Controle Avaliação e Regulação/ SCRA, desta forma optou-se pela construção dos protocolos por especialidade e em módulos. Foi apresentado apenas um esboço do Protocolo de acesso a Ultrassonografia elaborado pela Comissão de Farmácia e Terapêutica datado de 19/03/2019. O mesmo foi enviado por meio do MEMO 07/CFT de 22/03/2019 ao SCRA para avaliação da aplicabilidade com objetivo de ordenação dos fluxos de acesso e não se encontra implantado e disponível para consulta e embasamento das ações desempenhadas pela equipe do SCRA. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'f' e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 4, inciso V; art. 8, inciso IV; art.10, §3º inciso III.

Fonte da Evidência: Atas da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica /CPFT datados de: 26/09/2018, 10/12/2018, 17/12/2019, 19/11/2019, 19/03/2019, 22/04/2019; Memorando 07/CFT de 22/03/2019; Memorando 13/CFT de 22/04/2019; Termo de informação da Diretora do SCRA: P.A.R.F. registrado em 16/05/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Por meio do Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), o Sr. José Luiz de Carvalho (pessoa Física) e a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física), respectivamente, apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma: "SMS, por meio do seu Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) conforme sua organização e estruturação, possui regras e rotinas de trabalho utilizadas há anos junto as suas Unidades de Saúde para promoção do acesso dos usuários do SUS, conforme Fluxogramas apresentados, para autorização dos procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade realizadas no município, mesmo ainda não tendo Protocolos de acesso instituídos formalmente com o objetivo de ordenar o acesso a alocação prioritária de procedimentos diagnósticos e terapêuticos aos pacientes avaliando o maior risco, necessidade e /ou indicação clínica em tempo oportuno.

Contudo,ressalto que a SMS, por meio de sua Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica (CPFT) já adotou as medidas e ações necessárias para elaboração e implantação de Protocolos municipais de Acesso visando não só a garantia do acesso, mas um acesso baseado na classificação de risco e demais critérios de priorização, organizando assim o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, conforme atas das reuniões da CPFT, em cumprimento as normas do SUS.

Os Protocolos de Regulação do Acesso do município já se encontram em processo de implantação, conforme atas de reuniões dos meses de maio e agosto/2019, memorandos da comissão para esta Diretoria de Regulação e os esboços dos Protocolos para acesso aos exames de ultrassons, tomografias, cintilografias e ressonâncias".(Segue os documentos citados).

Análise da Justificativa: Justificativa 1 e 2 e 3 acatada. A documentação apresentada (atas das reuniões da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica /CPFT e Protocolos de Regulação do Acesso aos exames de Cintilografia, Tomografia Computadorizada e Ressonância, Fluxograma de autorização de exames especializados de media complexidade) confirma que os Protocolos de Regulação do acesso do município já se encontram em processo de implantação. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Auditoria nº 571



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI	17.749.896/0001-09

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574793

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não utiliza protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

Evidência: Através da avaliação dos documentos apresentados e a realização de entrevista com a diretora do Serviço de Controle, Regulação e Avaliação, verificou-se que a SMS não utiliza Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Em visita à UBS verificou-se que de fato não há protocolo instituído no serviço, os mesmos utilizam as orientações do Ministério da Saúde através do Protocolo disponível no site da CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) que são documentos norteadores das práticas assistenciais. A diretora do SCRA informa que não há um protocolo específico da SMS. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'e'; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º inciso III.

Fonte da Evidência: Termo de informação da Diretora do SCRA: P.A.R.F. registrado em 16/05/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Por meio do Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), o Sr. José Luiz de Carvalho (pessoa Física) e a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física), respectivamente, apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma: "Considerando que a constituição ou alteração de Protocolos Clínicos é atribuição do Ministério da Saúde, conforme disposto no Art. 19-Q. da Lei nº 12.401/11, e que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico da doença ou do agravamento à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados quando couber; as posologias recomendadas, os mecanismos de controle clínico; e o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos, a serem seguidos pelos gestores do SUS, devendo ser baseados em evidência científica e considerado os critérios de eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade das tecnologias recomendadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS. E ainda, considerando a existência e disponibilidade dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas no endereço eletrônico <http://www.saude.gov.br/protocolose-diretrizes>, instituídos pelo Ministério da Saúde para uso dos estados e municípios, esta SMS entende que os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros entre outros das Unidades Públicas de Saúde do município devam seguir os protocolos nacionais e as Linhas-guia estaduais (Saúde da Mulher, Idoso, Criança) e os Manuais na prática diária e cotidiana de seus atendimentos em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais do SUS, sem que o município tenha que regulamentar esta utilização. As Unidades Públicas de Saúde também possuem protocolos Operacionais Padrão-POP para a organização sistêmica dos serviços, a racionalização dos recursos, a otimização do trabalho como um meio para se alcançar a qualidade do serviço. Os POPs são revistos anualmente ou quando necessário."

Análise da Justificativa: Justificativa 1 e 2 e 3 não acatada.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Os Protocolos Clínicos têm como objetivo padronizar o uso de recursos terapêuticos e propedêuticos estratégicos, para otimizar a disponibilidade versus demanda às ações e serviços de saúde, otimizar o alto custos das tecnologias utilizadas e para qualificar a assistência prestada. Para tanto é definido na legislação que os municípios devem adotar protocolos em consonância (em conformidade) com os protocolos e diretrizes nacionais. O fato da SMS entender que os profissionais de saúde devam utilizar e seguir os protocolos nacionais e as Linhas Guias não comprova sua utilização e também não impede que a SMS elabore de fato os seus protocolos, que embora baseados nas diretrizes nacionais guardem estreita relação com a situação de saúde da população sob sua responsabilidade. E ainda mais importante, que estes protocolos estejam acessíveis nas Unidades de Saúde do município, a todos os profissionais de saúde. Não foram enviados documentos que comprovem a elaboração, nem mesmo a utilização de protocolos clínicos pela SMS.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Elaborar protocolos em conformidade com as diretrizes do SUS, com capacidade de adaptação às particularidades de cada esfera administrativa, neste caso, o município, e que guardem estreita relação com a situação de saúde da população. Implementar ações de forma que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas tenham plena disponibilidade e acessibilidade aos profissionais da assistência nos seus locais de trabalho. De acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'e'; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º inciso III. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI	17.749.896/0001-09

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574795

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: As equipes do Serviço de Controle, Regulação, e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Através da avaliação dos documentos apresentados e a realização de oitiva com profissionais e diretora do SCRA, verificou-se que não há um programa de educação permanente para os funcionários. Foi informado que a Secretaria Municipal de Saúde realizou a pré-inscrição no Programa de qualificação para profissionais de regulação do SUS através portal Saber Tecnologias programado para 2019 e este foi cancelado, permanecendo, portanto, a inexistência de um cronograma de capacitações vigente. Foram apresentados certificados de participação nos seguintes cursos: Seminário de Oncologia SES/MG, datado de 03/2019 e Capacitação de Inserção dos Dados Assistenciais dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no SAI/SUS datado de 12/2018 das servidoras P.A.R.F e V.S.O.S. Os demais certificados apresentados são da servidora M.C.M. realizados no período compreendido entre 2011 a 2014. Constatou-se que as poucas capacitações oferecidas não englobaram todos os servidores do setor. Em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de informação da Diretora do SCRA (P.A.R.F) registrado em de 16/05/2019; Certificados de curso da servidora (P.A.R.F) do setor de SCRA; Certificados de cursos da servidora (V.S.O.S) do setor de SCRA;

Auditoria nº 571



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Certificados de curso da servidora (M.C.M) do setor de SCRA; Programa de Qualificação para Profissionais de Regulação do SUS/UMA-SUS-UPE.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Por meio do Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), o Sr. José Luiz de Carvalho (pessoa Física) e a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física), respectivamente, apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma: "A SMS não dispõe de estrutura e capacidade para realizar seus próprios cursos de capacitação na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria. Todas as capacitações nessa área sempre foram e são ofertadas aos municípios por meio de parcerias com instituições de ensino e /ou diretamente por parte do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Cosems-MG, AMM-MG, entre outras. A SMS necessita de cooperação técnica de outras instâncias do SUS ou parceiros para terem capacitação e/ou qualificar de forma permanente sua equipe do SCRA. Ressalta-se que os Programas de Educação Permanente só são possíveis quando da existência de Colegiados de Gestão Regional, com a participação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES), conforme disposto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 2/2017 que trata da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. O Ministério de Saúde coordena por meio da atuação conjunta da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Secretaria de Educação na Saúde e da Fundação Osvaldo Cruz, o Sistema Universidade Aberta do SUS, instituída e regulamentada pelo Decreto nº 7.385/2010 e Portaria Interministerial nº10 /2013, com o objetivo de atender às

necessidades de capacitação e educação permanente dos municípios aos profissionais que atuam no SUS. O sistema conta com uma rede colaborativa formada por instituições de ensino superior, ofertando cursos e programas de especialização, aperfeiçoamento e outras formas de qualificação.

Há ainda, o Ambiente virtual do SUS- AVASUS, que é uma plataforma de Educação a Distância do Ministério de Saúde para cursos de capacitação e qualificação.

Vale destacar que a UNA-SUS reabriu em julho do corrente ano o programa de capacitação para os profissionais de Regulação do SUS. Assim, toda a equipe desta Diretoria de Regulação continua inscrita e realizando as atividades de ensino a distância, conforme comprovantes anexos. Por fim, ratifico que a SMS depende da oferta de cursos à distancia e/ou presencial, e que quando da existência a SMS fornece todos os meios necessários, para que seus profissionais da equipe do SCRA participem e tenham capacitação ou qualificação de forma continuada"

Análise da Justificativa: Justificativas 1.2 e 3 acatada parcialmente. Os anexos enviados comprovaram iniciativa da SMS em capacitar os servidores do SCRA. Importante ressaltar que a proposta de realizar o processo de educação permanente é uma estratégia que possibilita transformações nas práticas do serviço. Os profissionais têm a oportunidade de refletir sobre o processo de trabalho e avaliar a necessidade de mudanças, a fim de melhorar o atendimento e aumentar o nível de satisfação da comunidade assistida. Portanto o gestor deve, ainda que dependa de parcerias, possibilitar a realização destes espaços de educação de forma permanente, buscando atender ao que dispõe a legislação.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas parciais para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado. **Acatamento**

da Justificativa: Parcialmente

Recomendação: Elaborar cronograma de educação permanente para as equipes do SCRA, utilizando dos meios disponíveis, cumprindo o que determina a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso V.

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574796

Gerado em: 19/11/2019 - 15:42:42

Página 7 de 19

Fonte: Sisaud/SUS

Acessado em 19/11/2019 15:42:57

Auditoria nº 571



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Humanos/Capacitação

Constatação: O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Através de informação registrada da diretora do SCRA e avaliação dos documentos apresentados pela SMS, verificou-se que não há um programa de capacitação permanente das equipes das UBS. Foi apresentado uma lista de presença dos profissionais das equipes das unidades de saúde participantes nos cursos realizados pela Pro- Reitoria de Extensão da UFJF, Secretarias de Saúde de São João Del Rei, Tiradentes e Santa Cruz de Minas no período compreendido entre setembro a dezembro/2018 com abordagem dos seguintes temas: Unidos pelo SUS, Ser Mais, Humaniza SUS, DiverSUS, Resiliência, EsperanSUS. Não foi apresentado um cronograma de capacitações para 2019 constatando a inexistência de um programa de educação permanente sistematizado. Em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art.8, inciso VII.

Fonte da Evidência: Termo de informação da Diretora do SCRA: P.A.R.F. registrado em 16/05/2019; Lista de presença do Programa de Extensão Proex UFSJ.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativas 1, 2 e 3 - Por meio do Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), o Sr. José Luiz de Carvalho (pessoa Física) e a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física), respectivamente, apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma: "O SCRA, quando necessário, coordena e presta capacitações relacionadas a sistemas de registros de Informação do SUS pertinentes a regulação, como o BPA, RASSS e SCNES, por exemplo, aos funcionários das Unidades de saúde especializadas, de forma individual, quando utilizados na própria unidade, porém nunca se registrou tais eventos por fazer parte da rotina de trabalho, uma vez que atualmente os profissionais das UBSs com Equipes de Saúde da Família-ESF, utilizam o sistema E-SUS, que é coordenado pela atenção Básica, para registro de todos os atendimentos e procedimentos realizados, tendo suas capacitações, quando necessárias, por meio da empresa contratada ELOSIS, que possui softwares de capacitação de dados para auxílio e exportação dos registros ao E-SUS, e também, por meio da Gerencia Regional de Saúde.

Já com relação aos cuidados, encaminhamentos e atendimentos necessários pelos profissionais de saúde para promoção da saúde, o diagnóstico da doença ou do agravamento à saúde o tratamento preconizado com os mecanismos de controle clínico e acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos para as equipes de atenção Básica e especializada, a SMS disponibiliza capacitações neste sentido não por meio do SCRA, mas sim, por meio do seu serviço de Gestão de pessoas, em parceria com o serviço da Pró- reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ e outros parceiros externos.

Os profissionais de saúde participam também de encontros feitos por meio da Coordenação do SAMU acerca dos serviços de urgência e emergência, de cursos ofertados pela escola de saúde pública de Minas gerais, e também realizam capacitações nos ambientes virtuais ofertados pelo Ministério da Saúde, a UNASUS e no AVASUS, como acontece com a equipe de regulação.

A sistematização dessas capacitações depende da disponibilidade e cronograma desses sistemas coordenados pelo Ministério da Saúde.

Na visita in loco foi apresentada uma amostragem de listas de participação de alguns dos cursos já realizados no período auditado, não tendo sido solicitado a época cronograma para 2019. Segue anexo o cronograma para o ano de 2019 do Programa de Educação Permanente para os profissionais de saúde das Unidades de Saúde".

Análise da Justificativa: Justificativas 1, 2 e 3 acatadas. Foi apresentado cronograma de Educação Permanente/2019 para as equipes das unidades de saúde.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Auditoria nº 571



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Acatamento da Justificativa: Sim

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI	17.749.896/0001-09

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574798

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O Serviço de Controle Regulação e Avaliação não executa o controle do acesso do seu município aos leitos disponíveis, às consultas, terapias e exames especializados, disponíveis no seu território e aos serviços referência.

Evidência: Através da avaliação dos documentos apresentados e a realização de oitiva com os profissionais do serviço, demonstrou-se que o SCRA não possui uma central de regulação estruturada para o controle do acesso do seu município aos leitos disponíveis, às consultas, terapias e exames especializados disponíveis no seu território e aos serviços de referência, visto que não possui planejamento das ações com normas técnicas e ou rotinas implantadas. O acesso às consultas especializadas não é controlado pelo SCRA, uma vez que os usuários em posse de encaminhamento médico se dirigem às unidades para marcarem as consultas. São distribuídas pelo SCRA as cotas de exames laboratoriais, ultrassom e raio x para cada Unidade de Saúde, sendo os enfermeiros das equipes os responsáveis pela autorização. Os demais exames de média e alta complexidade são enviados toda a demanda ao SCRA, sendo colocados em ordem cronológica para autorização. Os mapas de Internação em UTI apresentados (referentes ao período de abrangência da auditoria) não comprovam a regulação e controle de leitos. Verificou-se uma demanda reprimida acumulada de exames de média e alta complexidade, por falta de critérios de avaliação, controle de fluxos e normas específicas. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, item 4.1, 'j'.

Fonte da Evidência: Termo de informação da Diretora do SCRA: P.A.R.F. registrado em 16/05/2019, Mapas de Internação do período de setembro/2018 a março/2019, Lista de espera às consultas e exames, Relação de cotas de exames por UBS.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Por meio dos Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), o Sr. José Luiz de Carvalho (Pessoa Física) e a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física) apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma:

A SMS possui Central de Regulação Ambulatorial integrante a Superintendência de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação. O SCRA é o controlador e avaliador da execução física e financeira da PPI de todos os exames de média e alta complexidade...

Os exames de diagnóstico laboratorial e radiodiagnóstico são autorizados pela Central por meio de senhas conforme cotas pré-estipuladas que são enviadas mensalmente aos Gerentes de cada Unidade de Saúde, com supervisão também da Superintendência de Atenção à Saúde da SMS. O número destas cotas de exame é controlado pelo SCRA e é pré-definido de acordo com o recurso financeiro programado e disponível na PPI e parâmetros instituídos pelo MS.



Os pedidos de exames de ultrassom são enviados mensalmente a Central pelas UBS conforme cotas pré-definidas para autorização e indicação do estabelecimento executor, com posterior devolução aos gerentes das Unidades para entrega aos pacientes, que são orientados a fazerem o agendamento dentro do mês de autorização...

As consultas médicas especializadas, quando ofertadas no município, possuem seu agendamento feito nas próprias UBS através de marcação, segundo disponibilidade de vagas e agenda dos especialistas, e conforme rotina estabelecida pelas Superintendências de Atenção à Saúde e de Planejamento, Regulação, Controle e avaliação, uma vez da ausência de prontuário eletrônico único e Sistema eletrônico que possam integrar toda a rede de saúde; além dos usuários preferirem o agendamento pessoal e presencial nas Unidades...

Já com relação à regulação e controle dos leitos hospitalares do município, é a Central de Regulação da Região Ampliada CentroSul que executa este serviço, conforme pactuação ocorrida entre o Estado de MG e todos os seus Municípios com a implantação do Sistema Tecnológico SusFácil...

A Central Macrorregional opera o Módulo Funcional de Regulação de Internações de Urgência/Emergência sendo responsável pela autorização, pela regulação e pelo controle de leitos. Os médicos supervisores hospitalares do SCRA validam no cotidiano as AIHs emitidas eletronicamente pelo SusFácil após regulação dos leitos pela Central Macrorregional da nossa região para as internações de urgência e emergência...

Os Mapas dos leitos de UTI que foram apresentados são uma forma de contribuição do SCRA no processo regulatório da Central de Regulação. E quando necessário, uma Comissão formada pelo Conselho Municipal de Saúde realiza vistoria nos hospitais para verificar a ocupação dos leitos...

Ressalta-se que a partir do dia 26 de agosto do corrente ano, após pactuação no Comitê Gestor Regional da Rede de Urgência e Emergência, a SMS de São João Del Rei passou a ter o Gestor de Contratos de prestação de ações e serviços de saúde, conforme cópia de Designação Interna, em conformidade com o disposto no inciso II, Art. 2º da Deliberação CIB-

SUS/MG Nº 2.236/2015. Assim, com as atribuições deste Gestor de Contratos...a SMS ampliou o acesso ao Sistema SusFácil e passou a exercer, por meio desse profissional, apoio as atividades da Central de Regulação. Contudo a regulação e controle dos leitos hospitalares do município continuam sob gestão da Central de Regulação da Região Ampliada Centro-Sul.

A SMS opera somente o Módulo de Regulação de Internações Eletivas, que engloba as ações de : Solicitação de internação, autorização com liberação eletrônica do número (AIH), regulação da Central para acesso no momento de internação e emissão de AIH, nos moldes do Ministério da Saúde.



Vale esclarecer que a demanda reprimida existente para os exames de média e alta complexidade se deve pela insuficiência financeira deste município no âmbito do SUS para custear tudo, haja vista que o município já vem realizando além do que está programado no seu Teto MAC, conforme PPI.

Análise da Justificativa:

Justificativa 1, 2 e 3 acatada. Os responsáveis enviaram cópia dos Protocolos de Regulação do Acesso aos exames de Média e Alta Complexidade, bem como Fluxograma de autorização de exames de Média Complexidade, confeccionados após a auditoria, comprovando iniciativas para a organização do serviço e elaboração de diretrizes para orientar a solicitação e uso adequados e racionais das tecnologias de apoio, diagnóstico e da rede especializada.

Importante ressaltar que são necessárias a constante revisão e discussão destes protocolos para o seu aprimoramento, de forma a permitir a sua utilização como ferramenta de regulação para os profissionais da atenção básica e orientar os encaminhamentos para a média e alta complexidade, como também uma organização de rede assistencial.

Há de se entender que:

Há em alguns momentos uma confusão entre os conceitos de regulação assistencial e regulação de acesso. Segundo o Ministério da Saúde (2006), a regulação assistencial é o conjunto de relações, saberes, tecnologias e ações que intermedeiam a demanda das pessoas usuárias por serviços de saúde e o acesso a eles segundo diferentes perfis de demanda e de oferta, e a regulação do acesso é o estabelecimento de meios e ações para a garantia do direito constitucional do acesso universal, integral e equânime, independente de pactuação prévia estabelecida na programação de ações e serviços de saúde e da disponibilidade de recursos financeiros.

Dentre os instrumentos de regulação do acesso assistencial preconizados estão os protocolos clínicos e os operacionais. Os protocolos clínicos, são entendidos como a padronização do uso de recursos terapêuticos e propedêuticos estratégicos, seja pelo alto custo, disponibilidade inferior à demanda ou pela importância para a qualidade da assistência. Os protocolos operacionais pretendem ordenar o fluxo de pacientes entre os níveis de complexidade, definindo os limites resolutivos de cada um deles, possibilitando a pactuação entre gestores. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. **Acatamento da Justificativa:** Sim

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574799

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Em análise da documentação apresentada e em entrevista com a diretora do SCRA a equipe de auditoria constatou que as cotas de PPI da população referenciada é controlada pelos próprios municípios, os quais enviam à SMS de São João Del Rei suas solicitações em número igual àquele definido mensalmente na PPI. Foram avaliados os exames realizados no período auditado e confirmado o atendimento à população referenciada. Constatou-se que desta forma é garantido o acesso à população referenciada, não havendo lista de espera no setor. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º inciso V.

Fonte da Evidência: Termo de informação da diretora do SCRA P.A.R.F. registrado em 16/05/2019, Fichas de atendimento da população referenciada do período de setembro/2018 a março/2019.



Relatório

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574802

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SCRA participa da elaboração e revisão periódica da PPI

Evidência: A diretora do Serviço de Controle Regulação e Avaliação (SCRA) apresentou atas de reunião da Comissão Intergestores Regional (CIR/São João Del Rei) e Comissão Intergestores da Região Ampliada de Saúde Centro Sul (CIRA) realizadas no período auditado com a participação do gestor, onde foram discutidos assuntos relacionados à PPI (Programação Pactuada e Integrada), como pactuações e remanejamentos. Apresentou ainda relatório de confirmação de solicitação de remanejamento da PPI no ano de 2019 para procedimentos de oftalmologia. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, §3º, inciso X.

Fonte da Evidência: Atas da CIR e CIRA dos meses de outubro e dezembro/2018 e fevereiro e março/2019, Relatório de confirmação de solicitação de remanejamento 2019, Termo de informação da diretora do SCRA P.A.R.F. registrado em 16/05/2019. **Conformidade:** Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574804

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O SCRA realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais.

Evidência: Através da análise dos documentos apresentados verificou-se que o SCRA realizou no período auditado remanejamentos na PPI, aumentou a oferta de exames laboratoriais nos prestadores contratualizados, além de ter incrementado a rede própria com a oferta de consultas especializadas através do Centro de Especialidades Médicas (CEM), cadastrado no SCNES em 28/04/2018. Desta forma observou-se que a SMS vem buscando aumentar a oferta dos serviços adequando os fluxos assistenciais. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 8, §1º, inciso V.

Fonte da Evidência: Relatório de confirmação de solicitação de remanejamento 2019, CNES do Centro de Especialidades Médicas, Termo de informação da diretora do SCRA P.A.R.F. registrado em 16/05/2019.

Conformidade: Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574805

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O gestor de saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para urgências.

Evidência: Não foi apresentado norma municipal que estabeleça prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC. A diretora do SCRA informou que não há esta norma e que utilizam o Manual do Sus Fácil, sendo estabelecido 48 horas para as urgências e que os casos eletivos estão sendo encaminhados via TFD. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1011/2014, art. 7.

Fonte da Evidência: Termo de informação da diretora do SCRA P.A.R.F. registrado em 16/05/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Por meio dos Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), o Sr. José Luiz de Carvalho (pessoa Física) e a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física), respectivamente, apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma:

Não há como o município estabelecer prazo máximo para a concessão de AIHs eletivas e de urgência, haja vista que há emissão/liberação eletrônica do número de AIH, conforme faixa de numeração previamente cadastrada, é por meio do Sistema SusFácil, assim esta estrutura não pertence ao domínio do gestor municipal.

A concessão de AIH se dá por meio do Módulo Funcional de Regulação de Internações do Sistema SusFácil e os prazos para autorizações de AIHs seguem normas orientadas por este Sistema.

O prazo máximo de 48 horas é estipulado na rotina de trabalho dos médicos supervisores hospitalares do município para a validação das autorizações já ocorridas no sistema SusFácil e/ou verificações em laudo que por intercorrências, seja necessária a autorização de AIH manual. As autorizações manuais são solicitadas ao SCRA no 1º dia útil de cada mês, após análise dos médicos supervisores, de acordo com o Ofício 031/2019 (anexo).

As emissões de APAC, conforme rotina de trabalho existente há anos e por meio do Sistema Autorizador, para os procedimentos de Terapia Renal Substitutiva e Oncologia que tem tratamento continuado são feitas mensalmente até o 5º dia útil após o envio dos laudos médicos pelos estabelecimentos executores solicitando renovação, pois nesses casos a APAC tem validade de 3 meses. Já para os procedimentos únicos, as APACs são emitidas tão logo do envio pelos prestadores.

Análise da Justificativa: Justificativa 1 e 2 - Justificativa acatada, uma vez que foi informado pelos responsáveis que é estabelecido na rotina do Serviço de Controle e Avaliação o prazo máximo de 48 horas para que os médicos supervisores validem as AIHs já ocorridas no SUS-Fácil. O anexo enviado junto a manifestação comprovou a rotina estabelecida pelo gestor quanto ao processo de conferência, avaliação e controle físico e financeiro das produções ambulatoriais e hospitalares dos estabelecimentos que prestam serviço ao SUS. **Acatamento da Justificativa:** Sim

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574807

Subgrupo: Controle e Avaliação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: O Tratamento Fora do Domicílio (TFD) não é concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS

Evidência: A análise dos documentos relativos ao TFD não permitiu verificar se este é concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e/ou conveniada ao SUS, pois não havia entre os mesmos o impresso de encaminhamento que dá início ao processo de marcação para o devido tratamento, não permitindo a equipe constatar se o paciente provém de unidades assistenciais vinculadas ao SUS. Em entrevista com a gerente do TFD, R.L.P., a mesma informou que o impresso de encaminhamento fica em posse do paciente. Informou ainda que qualquer paciente da rede particular ou SUS poderá ser encaminhado via TFD na SMS de São João Del Rei, desde que tenha os devidos formulários preenchidos pelo médico assistente. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, art. 1, § 2º.

Fonte da Evidência: Termo de informação da gerente do TFD R.L.P. registrado em 15/05/2019, Relação de pacientes encaminhados via TFD pela SMS de São João Del Rei do período de setembro/2018 a março/2019, Cópias de processos de pagamento de TFD, Relação de pacientes que receberam reembolso do período de setembro/2018 a março/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2, 3 e 4 - Por meio do Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), Sr. José Luiz de Carvalho (Pessoa Física), Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física) e Sra. Renata Lúcia de Paula (Pessoa Física), respectivamente, apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma:

A equipe da Unidade do serviço de TFD realiza o encaminhamento eletivo de pacientes aos municípios referência para realização de diagnósticos e tratamentos terapêuticos para atendimento na rede pública ou conveniada do SUS, por meio de laudo específico do Serviço Municipal de TFD com demais documentações e exames necessários, segundo tipo de atendimento, e conforme fluxos pré-estabelecidos pelas Secretarias de Saúde dos Municípios referência.

Os recursos disponíveis de TFD, seja o encaminhamento, transporte ou reembolsos só são realizados para aqueles usuários que irão utilizar a Rede SUS.

Contudo, vale destacar que algumas diretrizes da Portaria nº 55/99 que trata do serviço de TFD vão de encontro com o princípio constitucional da saúde (art. 196) e com as normas infraconstitucionais que regem o SUS: a Lei 8080/90, no que se refere aos princípios do SUS, em especial, no que trata do acesso integral, universal e gratuito para toda a população, conforme disposto no art. 7º, Inciso IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; e a Lei Complementar 141/12 em seu art. 4º, Inciso III - assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal.

Ante ao exposto acima, e considerando que a rede pública de saúde não possui todas as especialidades médicas na rede ambulatorial do SUS, o serviço de TFD não se nega a fornecer o formulário próprio aos pacientes, quando solicitado, para que seja preenchido pelo médico assistente da rede de saúde do município, e assim obterem o direito ao acesso sem discriminação no âmbito do SUS, com posterior encaminhamento aos municípios referência, conforme PPI.

Entretanto, respeitando o princípio da eventualidade, esta Gerência do TFD se dispõe a adequar o sistema de trabalho segundo o entendimento desta Diretoria de Auditoria.

Análise da Justificativa: Justificativa 1, 2, 3 e 4 não acatada. A Portaria SAS/MS nº 55/1999, em seu art. 1, § 2º deixa claro que O TFD será concedido, exclusivamente, a pacientes atendidos na rede pública ou conveniada/contratada do SUS. Embora os manifestantes tenham relatado que a Gerência do TFD se dispõe a adequar o sistema de trabalho segundo o entendimento desta Diretoria de Auditoria, vale ressaltar que este não é o entendimento da Diretoria de Auditoria, mas sim o que está expresso na legislação. Ademais, restou comprovar essa ação.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



Relatório

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Adequar a rotina do Tratamento Fora de Domicílio/SUS, conforme estabelecido na Portaria SAS/MS nº 55/1999. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI	17.749.896/0001-09

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574809

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Em entrevista com a diretora do SCRA, a mesma informou que não há uma Comissão Municipal responsável pelo TFD, o setor possui uma gerente formalmente nomeada e funcionários administrativos. Em entrevista com a gerente do TFD, R.L.P. a mesma informou que os pacientes que demandam o Tratamento Fora de Domicílio são cadastrados e colocados em fila própria, de acordo com a faixa etária (idoso/criança/adulto) caso o procedimento solicitado tenha demanda reprimida. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, art. 6º.

Fonte da Evidência: Termo de informação da diretora do SCRA P.A.R.F. registrado em 16/05/2019, Termo de informação da gerente do TFD R.L.P. registrado em 15/05/2019. Portaria Municipal nº 15.172/2018 (Concede gratificação a gerente de TFD)

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Por meio dos Ofício nº 121/2019/Gabinete do Secretário, datado de 16/09/2019, o Sr. José Marcos Ferreira de Andrade (Representante Legal da Pessoa Jurídica), a Sra. Priscila Aparecida Rodrigues Furtado (Pessoa Física) e o Sr. José Luiz de Carvalho (Pessoa Física), apresentaram justificativa conjunta sobre a notificação de auditoria e se manifestaram da seguinte forma:

Quando da instituição da Portaria 55/99 grande maioria dos municípios ainda estavam sob gestão estadual ou se adequando na gestão própria, conforme Normas Operacionais do SUS - NOB, em especial a do ano de 1996. Assim muitos não possuíam estrutura adequada ou exclusiva de serviço de TFD, sendo necessário compor comissão dentro da estrutura de uma secretaria para realizar o serviço de TFD. Contudo, a realidade atualmente dos municípios é muito diferente daquela época. Portanto o município não possui uma Comissão Municipal para autorização de solicitações de TFD, pois tem uma Unidade com estrutura específica para os serviços e ações inerentes de TFD com equipe multiprofissional (administrativo e médico) exclusiva e responsável para o controle, análise, autorização e encaminhamento tanto de seus municípios e respectivas documentações aos municípios referências dos quais possui pactuação, conforme PPI, quanto para o encaminhamento de documentações de



Relatório

cidadãos de outros municípios com relação aos procedimentos de alta complexidade, após recolhimento e avaliação da Comissão Regional de Alta Complexidade/TFD.

Sendo o que apresenta para o momento, segue ainda cópias dos documentos abaixo listados:

- Fluxogramas para autorização dos exames realizados no município;
- Atas, Memorandos e os esboços dos Protocolos da Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica realizados no período de maio a agosto/2019;
- POPs das Unidades Públicas de Saúde;
- Comprovantes da Participação da equipe do SCRA no curso em andamento da UNASUS para os Profissionais de Regulação do SUS;
- Cronograma do ano de 2019 do Programa de Educação Permanente junto a UFSJ (ABRASUAS);
- Designação Interna da SMS do Gestor de Contrato;
- Ofício nº 031/2019;
- Formulários do TFD.

Análise da Justificativa: Justificativa 1, 2 e 3 - Justificativa não acatada. A manifestação apresentada não impede que o gestor providencie a nomeação de uma Comissão Municipal responsável pelo TFD, uma vez que conforme relatado o setor possui profissionais que já são responsáveis pelo serviço.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Nomear Comissão Municipal responsável pelo TFD, conforme determina a Portaria SAS/MS nº 55/1999, art. 6º. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DEL REI	17.749.896/0001-09

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 574810

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS de São João Del Rei não utiliza critérios de assistência social para a marcação de consultas especializadas e exames.

Evidência: A equipe de auditoria visitou o SCRA da SMS de São João Del Rei, entrevistou funcionários do setor, avaliou documentações relativas às marcações de consultas e exames referentes ao período auditado (setembro/2018 a março/2019) não encontrando evidências de irregularidades nas marcações de exames. Observou-se que as marcações ocorrem de forma imparcial, não sendo utilizado qualquer critério de assistência social para definir os usuários que serão atendidos. Foram entrevistados usuários que realizaram exames no período auditado, bem como usuários que estão aguardando autorização, não



havendo reclamações sobre privilégios de uns em detrimento de outros. Em entrevista com o gestor J.M.F.A., o mesmo informou que o SCRA passou por reestruturação no mês de setembro/2018, havendo alteração no quadro de funcionários e nomeação de uma nova diretora; informou ainda que apesar da grande demanda existente a SMS vem buscando atender a todos os usuários de acordo com as regras do SUS e dentro dos limites do recurso disponibilizado. A diretora do SCRA informou em entrevista que os exames de média e alta complexidade são autorizados no setor e que em caso de urgência, a mesma solicita aos médicos autorizadores hospitalares do SCRA para avaliar e confirmar a real necessidade de priorização. Informou ainda que não recebe solicitações para privilegiar usuários na marcação de exames e que toda a equipe sob sua direção foi orientada a realizar os agendamentos dos usuários do SUS observando os princípios de universalidade de acesso e igualdade da assistência à saúde. De acordo com a Lei nº 8080/1990, art. 7º, inciso IV e LC nº 141/2012, art. 4º, incisos III e VIII.

Fonte da Evidência: Visita in loco ao SCRA, 35 entrevistas com usuários registradas no período de 15 a 16/05/2019, Listagem dos pacientes encaminhados via TFD no período auditado (setembro/2018 a março/2019), Lista de espera às consultas e exames, Exames realizados no período auditado. Termo de informação do gestor J.M.F.A. registrado em 14/05/2019, Termo de informação da diretora do SCRA P.A.R.F. registrado em 16/05/2019, Termo de informação da gerente do TFD R.L.P. registrado em 15/05/2019.

Conformidade: Conforme

VI - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Os profissionais que atuam no setor de marcação de consultas da SMS de São João Del Rei não são capacitados para realização da atividade que os compete.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Qualidade do Atendimento dos Profissionais de Saúde **Demanda Nº:** 80423 Profissionais de Saúde

Fato: Irregularidades no funcionamento do serviço de Tratamento Fora Domicílio - TFD na SMS de São João Del Rei.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Acesso a TFD **Demanda Nº:** 80423

Fato: Irregularidades no acesso e liberação de consultas e exames dos serviços de média e alta complexidade aos usuários do SUS do município de São João Del Rei.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média Complexidade **Demanda Nº:** 80423

IX – CONCLUSÃO

RESULTADO DA DENÚNCIA

1-Fato: Os profissionais que atuam no setor de marcação de consultas da SMS de São João del Rei não são capacitados para realização da atividade que lhes compete.

Tipo: Assistência- Funcionamento- Qualidade do atendimento dos profissionais de Saúde.



Demanda Nº 80423

Resultado do Fato: Constatou-se que os profissionais do Serviço de Controle Regulação e Avaliação/SCRA participam de cursos online de curta duração/autoinstrutivos em busca de qualificação para desenvolvimento de suas atividades, embora a SMS não possua um programa de Educação Permanente.

Data da apuração: 16/05/2019

Resultado: Parcialmente procedente.

2- Fato: Irregularidades no funcionamento do serviço de Tratamento Fora do Domicílio/TFD na SMS de São João del Rei .

Tipo: Assistência- Funcionamento- Acesso a TFD

Demanda Nº 80423

Resultado do Fato: O Tratamento Fora do Domicílio/TFD na SMS de São João del Rei não é concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS.

Data da apuração: 16/05/2019

Resultado: Procede

3- Fato: Irregularidades no acesso e liberação de consultas exames dos serviços de média e alta complexidade aos usuários do SUS domicílio de São João del Rei.

Tipo: Assistência- Funcionamento- Acesso a consultas-Média

Demanda Nº 80423

Resultado do Fato: Apesar de não ter sido identificado utilização de critérios de assistência social na marcação de consultas e exames, o Serviço de Controle Regulação e Avaliação/SCRA do município de São João Del Rei apresentou não conformidade em relação a não utilização de Protocolos Clínicos e Protocolos de Regulação do Acesso.

Data da apuração: 16/05/2019

Resultado: Parcialmente procedente.

CONCLUSÃO

A ação de auditoria realizada na Secretaria Municipal Saúde de São João Del Rei teve seu objetivo alcançado com a verificação do Serviço de Controle Regulação e Avaliação quanto aos quesitos de capacitação dos profissionais do setor, ao funcionamento do serviço de Tratamento Fora do Domicílio e quanto a irregularidades no acesso e liberação de consultas exames dos serviços de média e alta complexidade aos usuários do SUS.

Foram identificadas não conformidades em relação a capacitação dos profissionais do SCRA, bem como na rotina do serviço, com destaque para a não utilização de protocolos de regulação do acesso e protocolos clínicos e ainda, em relação ao TFD que não é concedido exclusivamente a pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS.



Os responsáveis apresentaram justificativas, havendo adequação de algumas inconformidades. Foram emitidas recomendações para cada justificativa não conforme que deverão ser implementadas, de acordo com as diretrizes legais.

